

CORREIO NACIONAL

POR FERNANDO MOLICA

Valter Campanato/Agência Brasil



Deputado se reuniu com advogadas no Planalto

Ramagem orientou defesa de Flávio Bolsonaro

Em 25 de agosto de 2020, o então diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência, Alexandre Ramagem, deu a advogadas do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) orientações sobre como deveriam agir no caso em que ele era acusado de participação em esquema de rachadinhas. A conversa foi no Palácio do Planalto e dela também participaram Jair Bolsonaro e o ministro-chefe do Gabinete de

Segurança Institucional, Augusto Heleno. As advogadas suspeitavam de que havia, na Receita Federal, um esquema para prejudicar o senador. No despacho divulgado ontem, em que autorizou busca e apreensão contra Ramagem e 11 suspeitos, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, diz que investigações confirmaram que a Abin produziu relatórios para ajudar Flávio.

Três informes

O Correio Nacional apurou que a Abin produziu três (e não dois) informes que sugeriram caminhos para a anulação do processo contra o senador, filho do então presidente da República. Na época, a Abin negou que tivesse produzido os relatórios para orientar Flávio.

O autor

Em sua decisão, Moraes cita também que a PF confirmou que os informes foram feitos por Marcelo Bormeivet. Policial federal, ele coordenava o Centro de Inteligência Nacional da Abin e foi exonerado dois dias depois da intentona de 8 de Janeiro de 2023.

Jefferson Rudy/Agência Seando



Portinho diz não ter como avaliar o caso de Ramagem

Senador do PL chama operações de “espetaculosas”

Horas depois de uma nova investida da PF contra um parlamentar de seu partido, o senador Carlos Portinho (RJ) disse que os dois casos lhe preocupavam e classificou as operações de “espetaculosas”. Frisou que os dois alvos — Ramagem e o deputado federal Carlos Jordy (RJ) — são pré-candidatos às prefeituras do Rio de Janeiro e de Niterói, respec-

tivamente. Ressalvou, porém, que não teria como abordar o mérito das suspeitas relacionadas ao ex-diretor da Abin — lembrou que ele já vinha sendo investigado desde o ano passado. Para Portinho, as evidências contra Jordy não justificariam a busca e apreensão, principalmente em seu gabinete na Câmara dos Deputados.

Institucional

O senador afirmou que há uma questão institucional em jogo quando um poder (o Judiciário) intervém em outro (o Legislativo). Ele frisou a necessidade de os presidentes da Câmara (PP-AL) e do Senado, Arthur Lira e Rodrigo Pacheco (PSD-MG), se posicionarem sobre o tema.

A hora da conta

Segundo ele, a ausência de uma posição mais firme pelos presidentes das duas casas legislativas é prejudicial a ambos e provoca mais reações por parte da oposição. “Uma hora a conta chega”, observou, numa referência a outros parlamentares que podem ser atingidos.

Moro 1

Outra má notícia para o senador Sérgio Moro (União-PR), às voltas com o risco de cassação de seu mandato. O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União quer que sejam apuradas supostas irregularidades cometidas pelo ex-juiz ao longo da Operação Jato.

Moro 2

Na representação ao TCU, o procurador Lucas Rocha Furtado cita que Moro teria agido com interesses políticos. Frisa que as decisões do então juiz teriam impedido que 11 empreiteiras e a Petrobras tenham deixado de faturar R\$ 600 bilhões em contratos.

Antonio Augusto/TSE



Seminário Eleitoral foi realizado pelo Tribunal Superior Eleitoral nesta semana

Audiências sobre eleições tiveram quase 80 participações

Tribunal Superior realizou ciclo de encontros de forma híbrida dos dias 23 a 25 de janeiro

Nesta quinta-feira (25), no encerramento das audiências públicas voltadas ao aperfeiçoamento das resoluções das Eleições Municipais de 2024, a vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e relatora das minutas, ministra Cármen Lúcia, agradeceu a participação de todas as cidadãs e todos os cidadãos, entidades e órgãos públicos. Ela destacou a atuação de quem se ocupa e se preocupa com o processo

político “para que tenhamos uma democracia efetiva, eficaz e eficiente em benefício da liberdade e dignidade de todos, além da construção permanente do processo democrático e de uma sociedade brasileira que seja cada vez mais de todos para todos e por todos”.

As audiências públicas para a coleta de sugestões para o aperfeiçoamento das resoluções aplicáveis às Eleições 2024 começaram na terça-feira (23) e seguiram até

esta quinta (25), quando foram ouvidas propostas sobre propaganda eleitoral; representações e reclamações; e ilícitos eleitorais. Realizados na modalidade híbrida (presencial e virtual), os encontros aconteceram no Auditório I da sede do TSE, em Brasília, e foram transmitidos ao vivo no canal do TSE no YouTube.

A primeira audiência, no dia 23 de janeiro, discutiu as resoluções a respeito dos seguintes

temas: pesquisas eleitorais; auditoria e fiscalização; sistemas eleitorais; e atos gerais do processo eleitoral. Já no dia 24 de janeiro, os assuntos foram registro de candidatura; Fundo Especial de Financiamento de Candidaturas; e prestação de contas. Os assuntos desta quinta-feira, 25 de janeiro, foram propaganda eleitoral; representações e reclamações; e ilícitos eleitorais.

De acordo com a ministra Cármen Lúcia, foram aprovados quase 100 pedidos de uso da palavra para as audiências públicas; destes, 80 realmente se manifestaram. No total, foram encaminhadas 945 propostas ao TSE para o aperfeiçoamento das resoluções sobre o pleito de outubro. O número foi recorde, superando as audiências públicas realizadas nos processos eleitorais anteriores.

De 4 a 19 de janeiro, a sociedade pôde enviar contribuições para os textos das resoluções. A ministra Cármen Lúcia informou que todas as sugestões serão analisadas. A vice-presidente do TSE acrescentou ainda que serão aproveitadas todas aquelas que sejam coerentes com a Constituição Brasileira, com a legislação de regência e com a jurisprudência que prevalece hoje nos tribunais.

Agora, após a avaliação das propostas da sociedade, a relatora das resoluções levará as minutas para serem apreciadas pelo Plenário.

Durante a audiência pública, Cármen Lúcia destacou a importância do processo eleitoral e do voto. “As eleições representam um passo da maior importância com o voto, fazendo do eleitor o que ele é efetivamente nos termos constitucionais.

Setor de bares e restaurantes espera crescimento de até 15% no Carnaval

O Carnaval está chegando e promete aquecer não só as avenidas pelo Brasil, mas a economia nacional. O setor de bares e restaurantes espera um crescimento nos lucros de até 15% nas principais capitais onde a tradicional festa acontece. A previsão é da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel).

De acordo com a entidade, cidades como Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Recife devem faturar no Carnaval deste ano até 15% a mais do que no ano passado. Já para Salvador e São Paulo, o aumento deve ser de até 10%, em relação a 2022.

A pesquisa Tendências de Turismo, realizada pelo MTur, revelou que cerca de um terço dos brasileiros vai viajar no carnaval. “É uma grande oportunidade para se empreender no Turismo, então, mostra o tamanho do nosso potencial e as grandes oportunidades que o setor oferece para geração de renda”, destacou o ministro do Turismo, Celso Sabino.

Fatores positivos na economia do país impactaram diretamente essa expectativa de crescimento, como explica o presidente executivo da Abrasel, Paulo Sol-



Cidades como Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Recife devem faturar a mais no Carnaval

mucci. “No ano passado, tivemos quase 2 milhões de novos postos de trabalho, coisa positiva para todos, e duas notícias boas que liberaram renda para consumo: a queda da inflação, especialmente inflação de alimentos, que libera muitos recursos da população e a queda da taxa de juros” ressaltou.

No mesmo ritmo da folia, a busca por pacotes de viagens durante o Carnaval tem aumentado. Dados da plataforma de Decolar apontam que o interesse em co-

nhecer o Brasil cresceu 114% em comparação com o ano passado. Destinos como Maceió (AL), Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA) despontam como os favoritos, prometendo atrair um público animado em busca de experiências únicas durante o período do Momo.

Os ministérios do Turismo e das Mulheres estão alinhando uma campanha de proteção à violência de gênero e de combate ao assédio e à importunação sexual durante o período carnavalesco.

As medidas envolverão o trade turístico, principalmente os segmentos de hotéis, pousadas, bares, restaurantes e casas noturnas. Entre os pontos discutidos estão, por exemplo, a possibilidade de criação de uma cartilha para gestores de bares e restaurantes.

Assim como em outros carnavais, as capitais estarão efervescentes de turistas que vão curtir a folia e colaborar ainda mais com a economia das grandes cidades.

Investigações de crimes contra mulheres será aberto

Instauração imediata de inquérito policial nos casos de mortes violentas com vítimas mulheres; atendimentos relacionados às ocorrências de feminicídio com prioridade na realização de perícias; e uniformização dos procedimentos com trabalho das polícias civis e de órgãos de perícia oficial de natureza criminal nos estados e no Distrito Federal. Essas são algumas das propostas do Protocolo Nacional de Investigação e Perícias nos Crimes de Feminicídio, que padroniza, em todo o país, as investigações

de crimes contra mulheres e que passa a ser aberto ao público em geral. Antes, era restrito à Polícia Civil e aos órgãos de perícia oficial de natureza criminal.

“A regra é a transparência, a publicidade, para termos o máximo de efetividade nas investigações padronizadas dos feminicídios em âmbito nacional, garantindo a forma de atuação dos agentes públicos, procedimentos, abordagens periciais, coleta de material genético. Tudo para que a política pública, em área que ainda tem indicadores alarmantes, possa cumprir

bem o seu papel. Dar publicidade ajuda a combater a violência contra a mulher no Brasil”, destacou o secretário Nacional de Segurança Pública, Tadeu Alencar.

O Protocolo Nacional de Investigação e Perícia nos Crimes de Feminicídio é regulamentado pela Portaria nº 340, de 22 de junho de 2020, decorrente da Nota Técnica nº 1/2020/ProMulher/DPSP/Senasp/MJSP. E a atuação padronizada das instituições contribui para a prevenção e fortalecimento de ações que envolvam morte de mulheres decorrente

de discriminação e de violência doméstica e familiar. A fim de padronizar e uniformizar os procedimentos e técnicas aplicados na apuração dos crimes de feminicídio, é necessária, portanto, a desclassificação do sigilo das informações, a publicização do Protocolo Nacional de Investigação e Perícia nos Crimes de Feminicídio, bem como suas atualizações.

“O objetivo é ampliar o conhecimento de todos e, com isso, fortalecer o cumprimento do Protocolo, bem como aprimorar as investigações policiais em todo o País. A proposta foi da Secretária Nacional de Segurança Pública (Senasp) e é oriunda de reunião com os estados”, afirmou o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino.